



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

**PROJETO DE LEI Nº 119 /2015**

**DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL  
DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS DA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DAS AUTARQUIAS  
E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, E ADOTA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:**

**Art. 1º** Os subsídios e vencimentos dos servidores públicos da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Estado de Alagoas ficam revisados, na forma do art. 37, X da Constituição Federal, no percentual de 5,0% (cinco por cento), extensivo aos proventos de aposentadoria e às pensões, a ser implantado, de forma escalonada, em três parcelas, sendo:

I – 1,0% (um por cento) em 1º de maio de 2015, tendo como base os valores pagos em abril de 2015;

II – 2,0% (dois por cento) em 1º de outubro de 2015, tendo como base os valores pagos em abril de 2015; e

III – 2,0% (dois por cento) em 1º de dezembro de 2015, tendo como base os valores pagos em abril de 2015.

**Art. 2º** Os subsídios dos Militares, integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, ficam revisados, na forma do art. 37, X da Constituição Federal, no percentual de 5,0% (cinco por cento), extensivo aos proventos de inativação e às pensões, tomando como base os valores pagos em julho de 2015, a ser implantando, em parcela única, em 1º de dezembro de 2015.

**Art. 3º** Os subsídios dos profissionais do Magistério Público do Estado de Alagoas que não tenham sido alcançados pelo reajuste do piso nacional de que trata a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, ficam revisados, na forma do art. 37, X da Constituição Federal, no percentual de 5,0% (cinco por cento), extensivo aos proventos de aposentadoria e às pensões, a ser implantado, de forma escalonada, em três parcelas, sendo:

I – 2,0% (dois por cento) em 1º de maio de 2015, tomando como base os valores pagos em abril de 2015;

II – 2,0% (dois por cento) em 1º de setembro de 2015, tomando como base os valores pagos em abril de 2015; e



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

III – 1,0% (um por cento) em 1º de novembro de 2015, tomando como base os valores pagos em abril de 2015.

**Art. 4º** Estão excluídos da Revisão Geral Anual de que trata esta Lei:

I – os servidores integrantes de categorias profissionais que possuem legislação específica acerca de política remuneratória e os servidores que tiveram suas remunerações fixadas em lei publicada após maio de 2014; e

II – os subsídios dos profissionais do Magistério Público Estadual que tenham sido alcançados pelo reajuste do piso nacional de que trata a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos na forma de seus arts. 1º, 2º e 3º.

**Art. 6º** Ficam revogadas as disposições em contrário.